

## DA INTERPRETAÇÃO À APRECIÇÃO: A AUTORIA ACADÊMICA NO CONTEXTO DO NOVO PRODUTIVISMO

Thomas Massao Fairchild<sup>1</sup>

*RESUMO: Argumentamos que a autoria acadêmica, entendida como uma “função” do discurso (FOUCAULT, 1996, 2001, 2005), vem sendo modificada nos processos que caracterizam a universidade contemporânea. Elegemos dois pontos de observação dessas mudanças: os discursos sobre o plágio acadêmico e o desenvolvimento de técnicas de bibliometria voltadas para a aferição da produtividade acadêmica. Os primeiros vêm situando o plágio no terreno da ética individual e da superfície textual; o segundo, inversamente, vem transferindo dos indivíduos para as comunidades a responsabilidade pela validação do conhecimento produzido. O resultado é a transição de uma lógica da “avaliação” centrada na figura do especialista para a da “apreciação” por uma comunidade de pares. Modificam-se assim as condições em que se estabelece a autoria de textos acadêmicos.*

*PALAVRAS-CHAVE: Escrita Acadêmica, Autoria, Plágio, Bibliometria.*

*ABSTRACT: We argue that academic authorship, understood as a “function” of discourse (FOUCAULT, 1996, 2001, 2005), is being changed by some processes that characterize contemporary university. We discuss how those changes take place within two such processes: discourses about academic plagiarism and the development of bibliometric techniques meant to assess academic productivity. The former place plagiarism in the field of individual ethics and textual surface; the latter, conversely, transfers from individuals to communities the responsibility to validate knowledge. This results in a transition from the*

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo; docente da Universidade Federal do Pará; líder do Grupo de Pesquisa em Discurso, Sujeito e Ensino (DISSE).

*logic of “evaluation”, centered in the figure of the expert, to the logic of “appreciation” by a community of peers. The conditions under which the authorship of an academic text can be established are thus modified.*

**KEYWORDS:** *Academic Writing, Authorship, Plagiarism, Bibliometrics.*

**Recebido em:** 11-09-2016

**Aceito em:** 13-12-2016

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho desenvolvemos a hipótese de que a autoria acadêmica vem passando por ajustes decorrentes da cultura do produtivismo e de transformações mais amplas na relação entre as universidades e os demais setores da sociedade. Consideramos que esses processos correspondem aproximadamente ao que Durão (2015) descreve como a transição de um modelo “humboldtiano” de universidade para um modelo norte-americano, de cunho neoliberal. Aceitando as linhas gerais do quadro traçado por esse autor, fazemos um questionamento específico a respeito de como as formas da escrita universitária participam desse processo transitório e revelam sinais dele<sup>2</sup>.

Procuramos responder à seguinte pergunta: *de que formas discursos sobre o plágio e produtividade incidem sobre a constituição da autoria no campo acadêmico?* Acreditamos que esses discursos funcionam de maneira relativamente articulada, legitimando a instauração de um regime de autoria favorável à massificação da produção acadêmica e, ao mesmo tempo, criando

---

<sup>2</sup> Tal investigação vem sendo desenvolvida de forma ampla no projeto intitulado “A escrita sobre as práticas de ensino em licenciaturas do Brasil, da Costa Rica e de Honduras: registro, análise e produção de conhecimento” (CNPq 458449/2014-8).

condições para que grupos detenham um controle parcial sobre as formas de validação do conhecimento.

Nossa tese é a de que passamos por um momento de transição entre duas formas essencialmente distintas de validar o produto de uma pesquisa. A primeira assenta-se na leitura especializada e na figura do “especialista” como instância individual responsável por reconhecer o saber. Esse é o princípio que legitima, por exemplo, a submissão de uma tese à arguição por uma banca ou a avaliação “cega” de um artigo submetido a uma revista. A segunda forma de validação do conhecimento pressupõe a “comunidade” como instância apta a revelar o valor de um trabalho científico. Nessa perspectiva, para se determinar a relevância de um estudo, não se procura a opinião de um “especialista” – criam-se meios para observar como a própria população interessada no estudo reage a ele. Esse princípio baseia alguns dos critérios pelos quais revistas são avaliadas segundo a quantidade de citações que seus textos receberam em determinado período.

Procuraremos sustentar essa tese mostrando que há correlações entre elementos do discurso de combate ao plágio acadêmico e do discurso que vêm introduzindo técnicas bibliométricas de aferição da produtividade. Para isso analisamos um *corpus* composto por 21 textos acadêmicos publicados em sua maioria a partir da década de 1990, escritos em português, espanhol ou inglês e assinados por autores do Brasil, da América Latina e dos Estados Unidos. Procuramos inferir dos argumentos recorrentes nesses textos os traços regulares de um discurso que pode estar reorientando a atividade dos que se colocam a escrever na universidade contemporânea. Começamos nosso percurso, na

primeira seção do trabalho, retomando a noção de “função-autor” de Foucault (1996, 2001, 2005) e estabelecendo alguns paralelos com situações que envolvem a autoria acadêmica. Na segunda seção, analisamos como a literatura vem enfrentando o problema do plágio acadêmico, destacando o duplo tratamento dado ao plágio como *ato de responsabilidade individual* e como *problema textual*. Na terceira seção, analisamos a literatura sobre bibliometria, discutindo os conceitos de *fator de impacto* e *índice h* na avaliação da produção acadêmica. Na quarta e última seção, por fim, procuramos mostrar como esses discursos, embora relativamente dispersos, coincidem nos efeitos causados sobre a função-autor acadêmica. Retomamos a distinção entre validação do conhecimento por uma comunidade “interpretativa” e por uma comunidade “apreciativa” e apontamos as consequências concretas que a transição de uma para outra pode ter sobre as possibilidades de se tornar autor no futuro.

## A AUTORIA COMO FUNÇÃO

Partimos do entendimento de que a autoria de um texto não é uma propriedade dada *a priori*, mas uma “função” exercida sobre ele (FOUCAULT, 1996, 2001, 2005). Embora Foucault priorizasse, nas obras a que nos referimos, uma análise de cunho “arqueológico”, recorrendo aos textos sobretudo como fontes históricas, partimos de um princípio semelhante para analisar escritos contemporâneos. Compreendemos que o que se escreve hoje constitui um “arquivo” para os textos que ainda serão escritos, moldando as condições futuras de sua produção e a memória por meio da qual eles serão interpretados.

Encontramos um esboço da noção de autoria em *A ordem do discurso*: “o autor, não entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso (...)” (FOUCAULT, 1996, p. 26). Nessa obra Foucault posiciona o “autor” entre os procedimentos internos de controle do discurso, ao lado do “comentário” e da “disciplina”. Sua referência ao estabelecer essas categorias parecem ser os discursos acadêmicos. Atribuir autoria a um texto seria, nesse sentido, uma forma de controlar suas possíveis interpretações.

Foucault afirma que nem todo texto é controlado por uma função-autor – contratos têm apenas signatários, instruções técnicas se transmitem anonimamente etc. Na esfera acadêmica, um caso recente envolveu plágio em uma orelha de livro – definido, na notícia que trata do assunto, como “espaço de *prestígio*, usado para que convidados façam *uma bela propaganda* das obras” (destaques nossos)<sup>3</sup>. O trecho plagiado contém passagens como – “[...] que possamos todos nos sentir revigorados para continuar trilhando nossos caminhos em favor de uma educação transformadora, voltada para o pensar e para o fazer crítico, ético e humanizador”. Não nos parece haver dúvida de que a cópia *ipsis litteris* desse trecho constitui plágio, mas não é igualmente fácil responder em que medida esse excerto possui uma autoria, já que o louvor à obra é muito mais um traço retórico do gênero do que criação de quem escreveu essas palavras primeiro. O signatário da orelha, como a notícia sugere, oferece seu nome sobretudo a fim de “prestigiar” o autor da obra comentada e não para acrescentar ao conjunto de sua própria obra o texto da orelha.

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.metropoles.com/distrito-federal/educacao-df/professor-de-linguistica-da-unb-e-investigado-apos-denuncia-de-plagio>>. Consulta em: 14 ago. 2016.

Certamente temos de nos perguntar, ao menos, em que medida se está falando da mesma coisa quando se pensa na autoria de um prefácio, de uma orelha, de uma dissertação defendida perante uma banca ou de um artigo avaliado pelo comitê científico de uma revista. De um lado, Foucault nos faz pensar que, se reuníssemos todos esses textos produzidos por uma mesma pessoa, provavelmente não encontraríamos entre eles um conjunto coerente que retratasse a constituição de um “autor”. Eis seu argumento:

[...] não é a mesma relação que existe entre o nome de Nietzsche por um lado e, por outro, as autobiografias de juventude, as dissertações escolares, os artigos filológicos, *Zarathustra*, *Ecce Homo*, as cartas, os últimos cartões postais assinados por “Dionysos” ou “Kaiser Nietzsche”, as inumeráveis cadernetas em que se misturam notas de lavanderia e projetos de aforismos. (FOUCAULT, 2005, p. 26-27).

Nietzsche não é autor de *Zarathustra* da mesma forma como é autor dos cartões postais que mandou. Curiosamente, no entanto, o plagiador da orelha de livro teve suas trocas de e-mails reveladas e usadas para endossar a caracterização do plágio: a transgressão não está apenas na cópia do texto mas também na sua atitude de “pouco caso”. A notícia que trata do assunto, aliás, levanta uma acusação de plágio anterior (inconclusiva) feita contra a mesma pessoa. Pelo visto, então, o reconhecimento do plagiador guarda alguma semelhança com o do próprio autor – de ambos se espera alguma coerência.

Algo mais: Nietzsche não é autor de *Ecce Homo* da mesma forma como é autor das dissertações escolares que escreveu. Mas a discussão sobre autoria acadêmica e, conseqüentemente, parte dos problemas de plágio, inclui a regulação das formas como um texto pode transitar entre espaços e públicos diferentes. Um capítulo de uma dissertação pode ser transformado em *paper* –

como constará a participação do orientador nesse segundo texto? Se coautor, sua relação com o artigo não é a mesma que mantinha com a dissertação – que não assinava, apenas subscrevia. E se fosse constatado que houve plágio na dissertação, o orientador estaria mais suscetível a ser acusada de fraude *por ter orientado* o trabalho original ou *por ter assinado* o paper como coautor?

Se a autoria não é uma função homogênea entre os diferentes textos produzidos ou assinados por uma mesma pessoa, ela também não se exerce homogeneamente sobre um mesmo texto:

O ego que fala no prefácio de um tratado de matemática – e que indica suas circunstâncias de composição – não é idêntico nem em sua posição nem em seu funcionamento àquele que fala no curso de uma demonstração e que aparece sob a forma de um “eu concludo” ou “eu suponho”: em um caso, o “eu” remete a um indivíduo sem equivalente que, em um lugar e em um tempo determinados, concluiu um certo trabalho; no segundo, o “eu” designa um plano e um momento de demonstração que qualquer indivíduo pode ocupar, desde que ele tenha aceito o mesmo sistema de símbolos, o mesmo jogo de axiomas, o mesmo conjunto de demonstrações preliminares. (FOUCAULT, 2001, p. 283).

Pensemos, por analogia, em algumas situações da escrita acadêmica contemporânea. Sabe-se que o primeiro autor de uma publicação não é autor da mesma forma como o segundo ou o último. Não se é autor do resumo ou das palavras-chave como se é autor da análise de um dado, de uma nota de rodapé ou de uma seção de referências bibliográficas. Cada uma dessas partes de um texto, aliás, pode ser manipulada em favor do autor de formas diferentes – citando-se como palavras-chave termos de prestígio no momento; tirando conclusões sobre um dado que reforçam o que autores influentes no campo já afirmaram; citando-se como referências bibliográficas textos de colegas que, em

contrapartida, citarão também o autor, aumentando reciprocamente o “fator de impacto” de ambos etc.

A constituição desse “ego” que assume a locução de um enunciado e a diversidade de funções que ele pode assumir é um dos objetos de normatização nos discursos sobre o plágio. Em um caso que teve grande repercussão<sup>4</sup>, um professor da Universidade de São Paulo foi demitido e uma pesquisadora teve o título de doutorado cassado por conta da publicação de um artigo que apresentava imagens já publicadas por outros pesquisadores. Entre as dez pessoas que assinaram o artigo, apenas dois foram punidos – o primeiro por ser o coordenador da pesquisa e a segunda por ser a responsável pelo tratamento das imagens. Aí estão, nitidamente separadas, duas formas distintas de autoria.

Ser castigado é, a propósito, a primeira forma de reconhecimento experimentada pelo autor moderno. “Os textos, os livros, os discursos começaram a ter realmente autores (...) na medida em que o autor podia ser punido, ou seja, na medida em que os discursos podiam ser transgressores”, nos diz Foucault (2001, p. 278-279). Até certo ponto, o problema do plágio dá continuidade a esse movimento: desabonar quem plágia um texto não é apenas uma forma de restituir a autoria do escritor lesado – é também uma forma de instituir a autoria do plagiador. Em certa medida, a condição para ser acusado de plágio é ser reconhecido antes como autor e, de forma mais geral, reconhecer que a autoria continua existindo. Mais do que isso, a punição por plágio traz, em

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.usp.br/imprensa/?p=7567>>. Consulta em 14 ago. 2016.

seu revés, uma mensagem para aqueles que não são punidos – de que formas o tratamento dado a um caso de plágio delimita até onde se pode ir impunemente?

## O ENFRENTAMENTO DO PLÁGIO

Encontramos na literatura uma grande diversidade de abordagens ao tema do plágio. Aqui nos limitamos a explorar duas linhas de argumentação que nos parecem importantes: o apontamento do *plágio como ato de responsabilidade individual* e a caracterização do *plágio como problema textual*.

Diniz e Munhoz afirmam que “o plágio viola essencialmente a identidade da autoria, o *direito individual*<sup>5</sup> de ser publicamente reconhecido por uma criação” (2011, p. 14); também sustentam que “entre o copista e o escritor descuidado pode haver uma diferença de *moral privada*, mas as consequências públicas do descuido narrativo serão idênticas” (2011, p. 20). Roig ([2015?]) defende que, entre quatro aspectos nos quais um pesquisador pode ser falível (clareza, concisão, precisão e honestidade), um “lapso *intencional* de integridade, mesmo que aparentemente menor, é de longe o tipo mais sério de problema” (p. 1). Torres e Juárez falam em “práticas, cada vez mais difundidas, de pirateamento, *downloads* ilegais e plágio em trabalhos acadêmicos de maneira *irresponsável e pouco ética*” (2014, p. 13).

Em Ercegovac e Richardson (2004) encontramos uma revisão da literatura (estadunidense) sobre plágio que revela definições semelhantes – “*intencionalmente* ou *conscientemente* representar a palavra de outro como sua

---

<sup>5</sup> Todos os itálicos dentro de citações, daqui por diante, indicam destaques nossos.

própria em qualquer exercício acadêmico” (BURKE *apud* ERCEGOVAC; RICHARDSON, 2004, p. 304); “tomar *intencionalmente* a propriedade literária de outro sem atribuição e fazê-la passar adiante como se fosse sua própria (...)” (STEARNS *apud* ERCEGOVAC; RICHARDSON, 2004, p. 304), entre outros. Os próprios Ercegovac e Richardson sugerem que se tente descobrir “variáveis que possam ser usadas para prever esse tipo de comportamento [*plágio*] (idade, gênero, rendimento escolar [*GPA*], disciplina, fatores sociais e demográficos)” (p. 307). Segundo um dos estudos que citam, “ser do sexo masculino e/ou ter menos de 24 anos foram características associadas com maior envolvimento em más condutas acadêmicas” (ROBERTS; ANDERSON; YANISH *apud* ERCEGOVAC; RICHARDSON, 2004, p. 311). A esse retrato individualizado do plagiador, Diniz e Munhoz (2011) acrescentam características mais coloridas:

O copista é alguém que repete literalmente o que admira e não se crê capaz de reinventar. Copia para existir, pois não tem vida imaginativa. Copia por preguiça intelectual, porque a descoberta intelectual não o provoca. O copista é um miserável, destinado ao silêncio ou ao flagrante iminente. (DINIZ; MUNHOZ, 2011, p. 20)

De um modo geral, como vemos, as discussões sobre o plágio se caracterizam por uma forte tendência à tomada da escrita como ato *individual* e do plágio como transgressão *voluntária* ou *ingênua*. Da forma como se encontra concebida, a individualização da (má) conduta acadêmica produz um efeito particular: ela favorece a imputabilização de alguns indivíduos (ou tipos de indivíduos – estudantes, homens com menos de 24 anos, “miseráveis” etc.), ao mesmo tempo que preserva a própria comunidade e, dentro dela, alguns

indivíduos ou grupos menos expostos a suspeição (pessoas “com vida imaginativa” etc.).

O segundo enquadramento do plágio (*como problema textual*) manifesta-se principalmente nas recomendações que os autores fazem para evitá-lo. Além de encorajar a divulgação de regulamentos e “*honor codes*” que desabonam a cópia indevida (ERCEGOVAC; RICHARDSON, 2004), é frequente que os autores entrem em uma discussão sobre o uso adequado da citação direta, da paráfrase e da sumarização. O problema visado é ora o de como separar, no plano do enunciado, as “ideias do autor” daquelas que provêm de suas fontes, ora o de como diferenciar o próprio texto daquele a que se está fazendo referência.

Na bibliografia consultada encontramos recomendações como “nenhum escritor responsável recorre ao uso da expressão latina *apud*, que indica uma citação secundária de outra obra” (DINIZ; MUNHOZ, 2011, p. 19); “desde tempos escolares se aprende sobre o uso das aspas como sinal de pontuação para anotar palavras, frases e parágrafos alheios” (PORRAS, 2012, p. 56) etc. Diniz e Munhoz (2011) defendem mesmo que a autoria acadêmica consiste na obediência a um certo conjunto de regras objetivas: “não se espera que os pesquisadores sejam bons escritores, mas que venham a ser autores *ordinários* capazes de se comunicar *de acordo com o estilo literário estabelecido como acadêmico*” (p. 15).

Uma das facetas do enquadramento textual do plágio é a sugestão do uso de programas de detecção de cópia. Porras (2012) fornece um exemplo interessante de um protocolo adotado para fazer análises periciais de possíveis

casos de plágio, que envolvem um programa capaz de analisar quatro variáveis: vocabulário coincidente, palavras únicas compartilhadas, vocabulário único e frases únicas compartilhadas. Outros artigos encontrados em nosso levantamento consistem em pesquisas voltadas especificamente para a criação de técnicas e ferramentas de detecção de plágio (REYES; GONZÁLES; FARIAS, 2014; NEBOT, 2010).

É verdade que encontramos também considerações sobre o plágio que extrapolam a esfera estritamente textual. Hexham ([1999?]) aponta situações como o “plágio com citações penduradas” [*hanging quotations*], em que “o plagiador começa usando aspas mas continua a citar depois de fechar as aspas”; ou a “paráfrase como plágio”, que consiste em “paráfrase extensa ou contínua, mesmo quando a fonte é mencionada, sem a adição de material que interaja seriamente com as passagens parafraseadas ou acrescente novas informações significativas”. Argumentos como esses, em todo caso, aparecem quase sempre em posição secundária, funcionando como ressalvas a respeito de considerações mais formais sobre a redação científica. A bibliografia caracteriza o plágio predominantemente como *problema de ordem textual* e concentra-se em recomendações redacionais a fim de combatê-lo.

## **BIBLIOMETRIA E PRODUTIVIDADE**

A bibliometria consiste em um conjunto de técnicas que permitem manejar grande quantidade de dados bibliográficos e produzir a seu respeito certas formas de comparação, correlação e avaliação. Vamos nos limitar aqui a

discutir duas técnicas bibliométricas cujo surgimento está ligado a uma preocupação com a validade do conhecimento produzido na universidade e que atualmente são utilizadas por diferentes instituições (inclusive a CAPES) para indexação e avaliação de periódicos – o “fator de impacto” e o “índice h”.

O conceito de “fator de impacto” remonta a um texto de Eugene Garfield (1955) no qual este expressa sua preocupação com a dificuldade de um pesquisador para verificar a repercussão de um determinado texto que esteja consultando. Sua proposta é a criação de um índice de citações de textos. Admitindo que esse índice teria que ser seletivo, Garfield propõe que ele seja criado a partir de bases de dados já existentes, como os catálogos e índices publicados por associações científicas. A forma de codificação proposta por Garfield é exemplificada com um exercício feito sobre “o famoso artigo de Hans Selye sobre a síndrome de adaptação geral” (p. 110):

Fez-se uma busca sistemática de todos os artigos que foram publicados no Journal of Clinical Endocrinology após o artigo de Selye até o ano de 1951 – um período de 5 anos, incluindo bem mais de 500 artigos. Todas as bibliografias em cada um dos 500 artigos foram consultadas em busca de uma referência ao artigo de Selye. Verificou-se que vinte e três artigos fazem referência a ele; cada um desses artigos foi então consultado para se determinar o caráter da informação fornecida. (GARFIELD, 1955, p. 110)

Garfield propõe, na sequência, um esboço de como se poderia fazer um índice de citações que permitisse a um pesquisador interessado no texto de Selye um instrumento para verificar se as ideias expressas pelo autor permanecem válidas ou se foram refutadas em trabalhos posteriores. O índice envolveria a criação de códigos numéricos para representar periódicos e artigos individuais

dentro de periódicos, bem como termos para designar a natureza dos textos citantes (resumos, revisões de literatura, textos originais). A ficha para um determinado artigo relacionaria a ele os códigos de todos os textos posteriores nos quais o artigo foi citado.

A avaliação de Garfield a respeito de seu próprio exemplo é um pouco enigmática. O autor observa que o artigo de Selye se encontra citado em um conjunto amplo e variado de trabalhos, mas nem sempre de forma pertinente – “muitas referências [...] são genéricas e contribuem pouco ou nada para o esclarecimento do leitor, uma vez que não fornecem referências exatas às páginas” (GARFIELD, 1955, p. 110-111); além disso, afirma ter encontrado “vários casos” em que o texto é citado sem ter sido mencionado no texto. Apesar disso, Garfield conclui que “a influência de Selye em todos esses autores é bastante aparente” (p. 111).

Os procedimentos adotados por Garfield são bastante objetivos e se pautam em um tino prático difícil de contestar – mesmo que estranhemos sua avaliação, tem-se a impressão de que nada poderia ser mais verdadeiro do que a lista de artigos encontrados por ele. Observemos, porém, um detalhe: a técnica bibliométrica de Garfield é construída sobre um conjunto de asserções tomadas como verdadeiras *de antemão* – por exemplo, a de que Selye escreveu um artigo influente. Busca-se no julgamento prévio de uma comunidade científica um exemplo “real” de verificação e validação da técnica.

O princípio esboçado no texto de 1955 continua vigendo sem grandes modificações e tornou-se a base para a fórmula de cálculo do “fator de impacto”

de periódicos usada atualmente pela empresa *Thomson Reuters*. Essa fórmula, segundo outro texto de Garfield, consiste em:

**A** = total de citações em 1992

**B** = Citações de 1992 a artigos publicados em 1990-91 (subconjunto de A)

**C** = Número de artigos publicados em 1990-91

**D** =  $B / C$  = Fator de impacto para 1992

(GARFIELD, [1994?])

Dentre as aplicações dessa fórmula sugeridas por Garfield está seu uso como ferramenta para bibliotecários e como base de dados para pesquisas de mercado. Uma de suas utilidades seria fornecer “evidências quantitativas para editores e editoras posicionarem suas revistas em relação à concorrência”. Garfield argumenta ainda:

Talvez a mais importante e recente forma de uso do [*fator de*] impacto é no processo de avaliação acadêmica. O fator de impacto pode ser usado para se obter uma estimativa aproximada do *prestígio* de revistas nas quais um indivíduo publicou. A melhor forma de fazer isso é em conjunto com outras considerações como taxas de revisão por pares, produtividade e citações especializadas em um assunto. (GARFIELD, [1994?]).

Ao lado do “fator de impacto”, que se refere a periódicos, o “índice h” é uma técnica de avaliação da produtividade acadêmica individual proposta originalmente por Hirsch (2005) e adotada em diversas universidades americanas. O autor declara ter tido como objetivo criar um índice numérico simples [*single number*] e imparcial [*unbiased*] que permitisse avaliar a produção acadêmica [*academic output*] de um pesquisador.

Nas palavras de Hirsch, “um cientista tem um índice  $h$  se  $h$  entre os seus  $N_p$  artigos tiverem pelo menos  $h$  citações cada e os outros ( $N_p - h$ ) tiverem  $\leq h$  citações cada” (v. 102, p. 16.569). Assim, por exemplo, um pesquisador com índice  $h = 5$  é um pesquisador que publicou 5 artigos que foram citados, cada qual, pelo menos cinco vezes. Conforme os cálculos de Hirsch à época, o físico com maior índice  $h$  era E. Witten, com índice  $h = 110$ .

Entre os argumentos de Hirsch em defesa de seu método está uma demonstração de como o índice  $h$  expressaria, de forma sintética, a evolução da produtividade de um pesquisador ao longo de sua carreira. Isso é feito a partir da consideração de uma taxa de crescimento [*slope*]  $m$  do índice  $h$  ao longo do tempo:

- (1) Um valor  $m \approx 1$  (por exemplo, um índice  $h$  de 20 depois de 20 anos de atividade científica) caracteriza um *cientista bem-sucedido*.
- (2) Um valor  $m \approx 2$  (por exemplo, um índice  $h$  de 40 depois de 20 anos de atividade científica) caracteriza *cientistas excepcionais, provavelmente encontrados apenas nas universidades de ponta ou principais laboratórios de pesquisa*.
- (3) Um valor  $m \approx 3$  ou acima (por exemplo, um índice  $h$  de 60 depois de 20 anos, ou 90 depois de 30 anos) caracteriza *indivíduos absolutamente singulares*<sup>6</sup>. (HIRSCH, 2005, v. 102, p. 16.571).

O ponto mais importante para nós está em observar como Hirsch chega a essa escala avaliativa. Os valores da escala não são postulados de forma arbitrária (embora as palavras usadas para designá-los sem dúvida o sejam), mas estimados de acordo com os valores  $m$  encontrados para um conjunto de 21 físicos que, pelo que se entende, seriam os cientistas com maiores índices  $h$  na

<sup>6</sup> As expressões originais correspondentes aos trechos destacados por nós são, respectivamente, “successful scientist”, “outstanding scientists, likely to be found only at the top universities or major research laboratories” e “truly unique individuals”.

área de Física naquele momento. Assim, por exemplo, E. Witten, cujo índice  $h = 110$ , tem também uma taxa  $m = 3,89$ , o que o qualifica como “indivíduo absolutamente singular”, enquanto S. Hawking, com seu índice  $h = 62$  e taxa  $m = 1,59$ , é um cientista entre “bem-sucedido” e “excepcional”. Temos de observar, em todo caso, que essa forma de validação do índice é, no fundo, tautológica – não é o resultado do índice de Hirsch que qualifica Witten como “singular”, mas o reconhecimento prévio de que Witten é um pesquisador de renome, qualquer que seja seu índice  $h$ , o que qualifica o índice  $h$  proposto por Hirsch como uma técnica de medição válida.

Observemos como Hirsch articula os produtos numéricos de sua fórmula a um discurso que os “semantiza”: de um lado, o autor aplica seu cálculo verdadeiramente impessoal a um conjunto de cientistas; observa os resultados, também verdadeiramente impessoais, obtidos nesse experimento; em seguida, estima um conjunto de valores generalizáveis tendo como parâmetro o resultado obtido. Assim – pode-se dizer – não é Hirsch quem diz que um índice  $h = 110$  é excepcionalmente alto na área de Física – quem o diz é a própria comunidade dos físicos.

É verdade, por outro lado, que, a partir do momento em que Hirsch tenta traduzir esse procedimento em enunciados linguísticos, entram em jogo escolhas que são absolutamente pessoais. Não é outro senão Hirsch quem, individualmente, escolhe dizer que uma taxa  $m \sim 1$  expressa “sucesso” ou que  $m \sim 3$  expressa “absoluta singularidade” (o que pode ser lido, também, como a opinião que Hirsch tem a respeito de E. Witten, com seu robusto  $m = 3.89$ ).

Há, portanto, um ponto cego frente ao qual o cientista se vê obrigado a abrir mão da “imparcialidade” para estabelecer correlações entre as grandezas obtidas em seus cálculos e os enunciados linguísticos que as traduzirão para a comunidade. Esse ponto é *cego* na medida em que o cientista parece agir honestamente, sem que o uso de termos vagos lhe pareça comprometer em nada o rigor de seu raciocínio. O princípio encontrado na base desse processo consiste em fazer com que um enunciado linguístico (por exemplo, um descritor aplicado a uma grandeza numérica) passe a encontrar sua verdade, não nas práticas discursivas (potencialmente polêmicas) de uma comunidade científica, mas na sua associação, *controlada por um saber técnico*, a outro enunciado (uma grandeza numérica obtida por meio de uma fórmula).

Eis a essência da bibliometria. Mas há uma questão que ainda queremos ressaltar. À medida que a validação do conhecimento produzido passa a se operar por regras “impessoais” como essas – especialmente, à medida que essas regras vão se tornando de conhecimento público –, cresce proporcionalmente o receio de que elas sejam usadas de forma escusa. Uma série de escritos que expressam preocupação com o plágio também se mostram cientes da “tentação” que os pesquisadores podem sentir por multiplicar artificialmente sua produção. Roig descreve diversos cenários em que isso pode acontecer, como o seguinte:

É claro, também houve casos em que *cientistas inescrupulosos* se apropriaram indevidamente de ideias de forma intencional. (...) Considere o cenário em que o transgressor é um avaliador de uma revista ou congresso, ou um membro de um comitê avaliador de uma agência de fomento. Ele lê um artigo ou pedido de financiamento que descreve uma nova metodologia promissora numa área de pesquisa diretamente relacionada ao seu próprio trabalho. O pedido não obtém financiamento

com base, em grande parte, na sua avaliação negativa. Ele então volta ao seu laboratório e prepara um pedido de financiamento usando a metodologia roubada da proposta que avaliou anteriormente e submete a sua proposta para uma agência de fomento diferente. (ROIG, [2015?], p. 5).

A crítica de Roig a esse tipo de conduta nos parece exemplar porque ela também tem um ponto cego notável. Se, por um lado, Roig admite que um sistema de avaliação por pares pode ser manipulado em favor de interesses individuais, por outro, ele atribui essa possibilidade a “cientistas inescrupulosos” e não ao próprio sistema de avaliação. Roig não é ingênuo. Outras partes de seu trabalho descrevem diversas formas sutis de má conduta acadêmica. Em um item sobre a manipulação de citações, por exemplo, ele chama a atenção para a prática de “*citation stuffing*” (citar a si mesmo para aumentar o próprio índice h) e a possibilidade de se citar propositalmente os prováveis avaliadores de um artigo ou artigos publicados no mesmo veículo em que se pretende publicar o próprio artigo como forma de aumentar as chances de aprovação.

É surpreendente que, após arrolar evidências tão fortes, Roig não chegue a uma hipótese geral de que a adoção de parâmetros bibliométricos seja ineficaz no combate às más condutas acadêmicas e possa mesmo acobertá-las, dando-lhes uma falsa aparência de legitimidade. Surpreende mesmo que os autores que fazem esse tipo de alerta não pareçam considerar que podem estar entregando o ouro ao bandido, ensinando aos jovens pesquisadores exatamente quais são as brechas a serem exploradas em uma universidade que abraça cada vez mais a competitividade. Roig limita-se a recomendar: “autores devem *tentar* resistir a esses pedidos a não ser que as recomendações dos editores sejam genuinamente

relevantes ao seu artigo” (p. 27). Seu apelo reforça, ainda uma vez, que o sistema deve ser inocentado – caberia a cada um controlar seus demônios.

## DA AVALIAÇÃO À APRECIÇÃO

Resta então recuperar a tese que apresentamos de início: *a autoria acadêmica vem sendo afetada por um processo de transição entre dois princípios distintos de validação do conhecimento produzido, cuja materialização pode ser apontada nos discursos de combate ao plágio e na introdução da bibliometria.*

O primeiro princípio fundamenta-se na instância do indivíduo ou, em termos mais concretos, no recurso à leitura de um “especialista” para validar um trabalho. O próprio texto científico é tomado de forma individual e seu mérito é estabelecido a partir de características que podem ser individualmente apontadas nele. Um aspecto importante dessa forma de avaliação é que ela se assenta no preceito de uma “diferenciação geracional” (DUFOUR, 2005), em que uma comunidade delega autoridade a alguns de seus membros de forma assimétrica, conforme sua experiência, especialidade, reputação etc.

O segundo princípio recorre à comunidade para validar o produto de uma pesquisa. O especialista é pensado como falível, pois poderia agir em interesse próprio – é o que denuncia Roig. Procura-se então o julgamento de uma *coletividade anônima*, impedida, por sua própria natureza, de agir parcialmente. O surgimento da bibliometria é fundamental para o desenvolvimento desse princípio, porque pressupõe a capacidade de se abstrair, das ações de uma

determinada comunidade, o extrato puramente discricionário de suas escolhas. Os esforços de Garfield e Hirsch demonstram tentativas de elaborar uma forma de expressão dessa *vox Dei*: a qualidade de um texto passa a ser aferida não pelos atributos encontrados no próprio texto, mas pelo modo como ele é posto em relação com outros textos – por exemplo, pela quantidade de vezes que foi citado. Tal forma de avaliação prescinde da diferença geracional: sua legitimidade não depende do reconhecimento de uma diferença de autoridade, mas da crença na *impessoalidade* de um corpo coletivo de pesquisadores.

Resta agora responder: *de que maneira os discursos de enfrentamento ao plágio e a introdução da bibliometria nas universidades vêm concretizando essa transição entre diferentes modos de validação do conhecimento e modificando, com isso, a função-autor do texto acadêmico?*

Vimos que a discussão sobre o plágio se fundamenta amplamente na premissa da *individualidade da conduta do pesquisador* – a princípio, da *má conduta*. Há toda uma vertente de argumentação pautada na denúncia de diferentes formas de ação desabonável que podem ser adotadas no seio da universidade. Pelo seu próprio caráter, essas denúncias são feitas de forma discreta, sempre em termos genéricos – obviamente não se mencionam casos específicos. Como sabemos que essas más condutas são verdadeiras, o fato de as encontrarmos mencionadas causa a impressão de que a denúncia é corajosa e idônea. Esse pode ser o caso – mas o efeito estrutural dessas denúncias não deixa de ser o de ilustrar o argumento de que *o indivíduo é falível* e, por extensão, que qualquer sistema baseado na discricção individual estará comprometido por princípio.

Esse movimento, no entanto, é extremamente sutil, pois a noção de comunidade pressuposta pela bibliometria se assenta em um individualismo radical. Primeiramente, porque a comunidade é chamada para arbitrar sobre a produção atribuída *a um indivíduo*. Em segundo lugar, a legitimidade do coletivo só se sustenta na condição de que se entenda que esse grupo de pessoas é absolutamente anônimo – isto é, que as pessoas não se conhecem, não conhecem sua própria extensão como grupo e, sobretudo, não teriam a capacidade de organizar-se voluntariamente para agir segundo um interesse comum. Acredita-se assim que o indivíduo é indevassável – uma comunidade seria capaz de qualquer coisa, *exceto comportar-se como um indivíduo* (leia-se: agir em interesse próprio, acobertar os traços de uma ação desonesta etc.). É justamente por isso que se torna fundamental acreditar que toda má conduta emana de um indivíduo e é coextensiva ao texto por ele assinado.

Vimos também que o plágio vem sendo pensado como um *problema de ordem textual*. A ingenuidade do estudante e a malícia do mau pesquisador podem ser exorcizadas por algumas medidas redacionais simples – o uso de aspas, as referências explícitas etc. No cômputo geral, entretanto, as repetidas recomendações de que toda citação ou paráfrase deve ser acompanhada das devidas referências, mesmo que corretas do ponto de vista ético, estimulam o *crescimento de um estilo de escrita pautado em citações e paráfrases*, pelo menos entre os estudantes – o que, por sua vez, favorece o inchaço do índice h de um conjunto relativamente menor de autores consagrados. Esse tipo de recomendação também legitima, por tabela, o próprio princípio segundo o qual a

quantidade de citações recebidas por um texto seria uma medida justa de sua relevância.

Mais uma vez, o problema é bastante sutil. A ênfase em uma política de superfície textual, seja ao apontar o plágio ou ao consagrar a produtividade, testemunha um processo de *autonomização do texto acadêmico* (especialmente do *paper*) como *realidade que vale por si só e regula a si mesma*. Essa autonomização do texto está presente, por exemplo, quando Hirsch associa certos valores de sua taxa *m* a enunciados linguísticos relativamente arbitrários: o que Hirsch pergunta é se um texto foi citado por outro texto, e não se o que o texto diz corresponde a uma realidade verificável fora dele mesmo. No limite, o que a autonomização do artigo faz é transformar o ato de avaliação em um gesto performativo: o valor do *paper*, como o de uma nota de dinheiro, não está no papel em si, mas no enunciado da instituição que afirma que “por esta nota se pagará o valor tal”. O valor de um trabalho acadêmico passa a corresponder ao seu valor de troca em um mercado.

Sob as pressões dessa conjuntura, vimos afirmando que a autoria acadêmica provavelmente se encontra em transformação. De que tipo de transformações estamos falando? Trata-se, essencialmente, da introdução de uma solução “técnica” nos pontos em que o estabelecimento da autoria vem se perdendo enquanto questão polêmica – evita-se o plágio pela implementação de normas; avalia-se uma pesquisa por meio de fórmulas. Transitamos de uma situação em que o controle dos sentidos e a relação com o conhecimento são mediadas por uma comunidade “interpretativa”, na qual *a leitura individual tem um papel preponderante*, e rumamos na direção de uma situação em que esse

controle é exercido por uma comunidade “apreciativa”, para a qual *a transmissão de um fragmento pode tornar-se mais relevante do que a unidade do texto*. No limite, o texto de que se é autor, sob a luz da bibliometria, não é uma peça discursiva íntegra, um enunciado acabado ao qual se possa reagir, mas *a soma abstrata de um certo número de citações e o conjunto puramente formal de recortes citados*.

Tornar-se autor em uma comunidade “apreciativa” será diferente daquilo a que alguns de nós estamos habituados. De uma parte, a autoria pode depender menos das características do texto em si – da qualidade e pertinência dos dados, da fidedignidade das afirmações feitas, da inserção das análises no quadro epistemológico de uma disciplina etc. – e passar a depender mais diretamente das condições externas para que ele seja lido por um número grande de pessoas – as redes de contatos profissionais do pesquisador, sua habilidade em gerenciar grupos de indivíduos potencialmente “produtivos” como pesquisadores iniciantes, estudantes, bolsistas, técnicos etc. *A autoria, nesse contexto, dependerá menos do conteúdo semântico e mais das formas de circulação do enunciado*.

Isso significa também que o potencial de autoria do texto pode não depender tanto da singularidade das teses apresentadas nele, mas das suas chances de ser compreendido e aceito por um número grande de pessoas. Esse entendimento pode levar os pesquisadores a apostar em teses conservadoras, problemas cuja solução já se encontra mais próxima ou discursos patrocinados por entes responsáveis pelo fomento à pesquisa. Adotado em larga escala, esse comportamento tem o potencial de modificar a percepção da própria

comunidade sobre o que é pertinente ou não – do que se pode esperar, a reboque, mudanças nos critérios de originalidade e aceitabilidade para trabalhos submetidos a revistas; nos princípios para avaliação de dissertações teses, assim como nas formas de condução da pesquisa em seu percurso; nos requisitos para admissão e promoção de docentes, para concessão de benefícios ligados a pesquisa – e assim por diante. *A autoria, nesse contexto, privilegiará o consenso sobre a controvérsia e a relativa previsibilidade sobre os resultados contraditórios.*

Evidentemente nos arriscamos fazendo esse exercício de previsão dos próximos lances de um jogo do qual conhecemos apenas uma parte das cartas. Esperamos estar errados no maior número possível de palpites. Por outro lado, a tese que desenvolvemos aqui pode ser colocada à prova imediatamente, confrontando-se a produção acadêmica atual – a começar, por exemplo, por uma análise da repetitividade dos trabalhos que tratam do plágio, ou pelo levantamento do fator de impacto dos artigos que discutem o fator de impacto. Esperamos estar contribuindo, com esses questionamentos, para o esboço de um programa de pesquisa ou, pelo menos, de uma linha de reflexão pertinente para os que atuam na universidade hoje e observam, apreensivos, o que se avizinha no amanhã.

## REFERÊNCIAS

DINIZ, Débora; MUNHOZ, Ana Terra Mejia. Cópia e pastiche: plágio na comunicação científica. *Argumentum*, Vitória (ES), ano 3, v. 3, v. 1, p.11-28, jan./jun. 2011.

DUFOUR, D.-R. **A arte de reduzir as cabeças**. Sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal. Tradução de Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

DURÃO, F. A. Transformações na concepção de universidade, o caso brasileiro, e seus impactos nos estudos literários. **Revista da ANPOLL**, Florianópolis, n. 38, p. 55-65, jan./jun. 2015.

ERCEGOVAC, Z.; RICHARDSON JR., J. V. Academic dishonesty, plagiarism included, in the digital age: a literature review. **College & Research Libraries**, Chicago, v. 65, n. 4, p. 301-318, jul. 2004.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos**: Estética – literatura e pintura, música e cinema (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p. 264-298.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GARFIELD, E. Citation indexes for Science. **Science**, Washington, DC, 122 (3159), p. 108-111, jul. 1955.

\_\_\_\_\_. **The Thompson Reuters impact factor**, [1994?]. Disponível em: <<http://wokinfo.com/essays/impact-factor/>>. Acesso em 08 jul. 2016.

HIRSCH, J. E. An index to quantify an individual's scientific research output. **PNAS**, Washington, DC, v. 102, n. 46, p. 16.569-16.572, nov. 2005.

HEXHAM, I. **The plague of plagiarism: academic plagiarism defined**, [1999?]. Disponível em: <<http://people.ucalgary.ca/~hexham/content/articles/plague-of-plagiarism.html>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

KROKOSZ, M. Autoria na redação científica. **Informação**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 319-333, jan./abr. 2015.

NEBOT, A. C. Recursos informáticos para la detección del plagio académico. **Tejuelo**, Cáceres, Espanha, n. 8, p. 8-26, 2010.

PORRAS, M. E. R. Plagio en textos académicos. **Revista Electrónica Educare**, Heredia, Costa Rica, v. 16, n. 2, p. 55-66, ago. 2012.

REYES, G. C.; GONZÁLEZ, Y. G.; FARIAS, G. L. Técnica de la clasificación bayesiana para identificar posible plagio en información textual. **Revista Cubana de Ciencias Informáticas**, Havana, v. 8, p. 4, p. 130-144, out./dez. 2014.

RODRÍGUEZ, A. S. El plagio y su impacto a nivel académico y profesional. **E-Ciencias de la Información**, San José, Costa Rica, v. 2, n. 1, p.1-13, jan./jun. 2012.

ROIG, M. **Avoiding plagiarism, self-plagiarism, and other questionable writing practices: A guide to ethical writing**, [2015?]. Disponível em: <<http://ori.hhs.gov/sites/default/files/plagiarism.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

TORRES, P. A.; JUÁREZ, T. J. El plagio académico: formar en competencias y buenas prácticas universitarias. **RUIDERAe: Revista de Unidades de Información**, Ciudad Real, Espanha, n. 6, p. 1-20, 2014.